Às Comissões

Proc. 045 Fls. 02
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040 – E-mail: pmettbe@bol.com.br E. São Paulo

Ofício nº 0765/2.005-GP Tremembé, 05 de maio de 2005.

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a V.Exa., a fim de ser submetido à apreciação de seus doutos pares, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 010/2005.

A proposta ora encaminhada à apreciação de V.Sa. e dos doutos pares que compõem essa Douta Casa de Leis, versa atender determinação judicial e coibir futuras ações.

Com essa medida ora adotada, Senhores Vereadores, estaremos incrementando a arrecadação de tributos, no caso especial o IPTU/IPPU, do loteamento Colonial Vale do Sol, que no exercício corrente o pagamento encontra-se na sua maioria paralisado.

Senhor Presidente, conforme contato com a administração do Condomínio e alguns proprietários, os mesmos se manifestaram em favor e aprovação da proposta ora apresentada.

Senhor Presidente, por ser medida de cunho jurídico, ao nosso ver não cabe a demonstração do que dispõe o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim fundamentado, submetemos a matéria à análise e consideração dos ilustres Senhores Vereadores, solicitando sua apreciação em regime de urgência, de conformidade com o que dispõe o artigo 46 da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Tremembé.

Nesta oportunidade renovamos a V.Exa. e seus doutos pares, o testemunho do nosso apreço.

Atenciosamente.

José Antonio de Barros Neto
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Francisco de Barros Pereira
DD. Presidente da Câmara Municipal
TREMEMBÉ-SP.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 550
Data 05/05/05

Proc. 045 Fls. 03
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040 – E-mail: pmettbe@bol.com.br –
Site: www.tremembe.sp.gov.br - E. São Paulo -

126

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2005.

"Dispõe sobre aplicação de redutor ao m² de terreno."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE TREMEMBE, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O valor do m², de terrenos, constantes do ANEXO I, da Lei Complementar nº 062, de 21 de dezembro de 2001, vigente em 1º de janeiro de 2005, já atualizados monetariamente, e localizados no município de Tremembé, pertencentes ao Condomínio Colonial Vale do Sol, fica pela presente lei reduzido na percentagem de 25% (vinte e cinco por cento), com aplicabilidade imediata.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2005.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 05 de maio de 2005.

José Antonio de Barros Neto
Prefeito Municipal

Às COMISSÕES
em 10/05/05
Presidente

Aprovado em 1ª DISCUSSÃO
à 2ª Discussão
Sala da Sessões 30/08/05
Presidente 1º Secretário

Aprovado em 2ª DISCUSSÃO
Sala das Sessões 6/9/05
Presidente 1º Secretário

Fls: 045 : 04
Rubrica:

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

" CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA "

Ofício Nº 109/05

Tremembé, 18 de maio de 2005.

SENHOR PREFEITO.

Estamos remetendo, junto ao presente, para que sejam tomadas as providências cabíveis, expediente da **Comissão de Justiça e Redação** desta Casa, solicitando medida indispensável para deliberação do Projeto de Lei Complementar nº 010/2005, desse Executivo, que "Dispõe sobre aplicação de redutor ao m^2 de terreno".

Sem mais, firmamo-nos com protestos de elevado apreço.

FRANCISCO DE BARROS PEREIRA
Presidente

Exmo. Sr.
JOSÉ ANTONIO DE BARROS NETO
DD. Prefeito Municipal da Estância Turística de
TREMEMBÉ -SP

Proc. 13 Fls. 05
Rubrica:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Tremembé, 17 de maio de 2005.

EXMO. SR.
FRANCISCO DE BARROS PEREIRA
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
TREMEMBÉ-SP

Senhor Presidente

Servimo-nos do presente para solicitar que V.Exa. oficie ao Chefe do Executivo para que sejam enviadas a esta Casa cópias dos documentos integrantes dos Processos nºs 1.080 e 1.829 da Prefeitura Municipal, para podermos assim, estudar melhor a matéria contida no Projeto de Lei Complementar nº 010/05, que "Dispõe sobre aplicação de redutor ao m2 de terreno"

Sem mais, subscrevemo-nos com protestos de consideração.

MESSIAS PAREDÃO NASCIMENTO LIMA
Presidente da Comissão

Proc. 043 Fls. 06
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040 – E-mail: pmettbe@bol.com.br - E. São Paulo

Ofício nº 0823/2005-GP.

Tremembé, 19 de maio de 2005.

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ofício nº 109/2005, que encaminha solicitação da Comissão de Justiça e Redação, encaminhamos em anexo, cópia integral dos Processos nºs 1.080 e 1.829/2005.

Na oportunidade, reapresentamos a todos que compõem essa Egrégia Casa Legislativa, nossos protestos de consideração e elevada estima.

Atenciosamente.

JOSÉ ANTONIO DE BARROS NETO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 624
Data 20/05/05

Exmo. Sr.
Francisco de Barros Pereira
DD. Presidente da Câmara Municipal de
TREMEMBÉ-SP.

Proc. Fls. 07
Rubrica

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé

Processo: 1.080/05 Data: 28/02/2005

Interessado: CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL

Assunto: 0097 - SOLICITACAO

Compl.:

PROTOCOLAMENTO E REPROTOCOLAMENTO

REPARTIÇÃO	NÚMERO
Depto Financeiro - 01/03/05	
Gabinete do Prefeito 03.03.05	
Assessoria Jurídica 04.03.05	
Dep. Financeiro 07.03.05	
Ass Jurídica 14/03/05	
Chefe do Gab. do Prefeito 15/03/05	

PROC. Nº (PARA ARQUIVAMENTO)

Proc. 045 Fls. 08
Rubrica:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ.

Prefeitura Munic. da Estância Turística de Tremembé/SP
Proc.Nº 2080/05
Folha 28/02/05

CONDOMÍNIO COLONIAL VALE DO SOL, devidamente representada, neste ato, por seu síndico, JOAQUIM PRUDENTE TOLEDO NETO, infra-assinado, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade – RG. nº 14.245.166-SSP/SP. e do CPF. (MF) nº 032.815.248/00, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Quaresmeiras nº 78, Condomínio Colonial Vale do Sol, doravante denominado REQUERENTE, é presente a V. Ex.ª para, respeitosamente, expor e requerer o que, abaixo, segue:

1. Ilustre Prefeito, releva dizer que, no exercício de 2002, os condôminos do Vale do Sol se depararam com a elevação abrupta e inesperada do IPTU, como decorrência direta da nova Planta de Valores de Imóveis, aprovada como anexo da Lei Complementar Municipal nº 62/01. Em decorrência disso, o Requerente viu-se compelido a impetrar Mandado de Segurança, para discutir a ilegalidade do lançamento tributário, tendo os ilustres membros da 7ª Câmara do 1º Tribunal de

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE TREMEMBE - SP

SERVICO DE PROTOCOLO

Processo No.: 3B 1.080/05-3B

Expediente e Emolumentos R$ 5,00

Em nome de CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL..... foi recolhida a importancia de R$ 5,00 , proveniente de entrada de requerimento, solicitando SOLICITACAO

16.67H

DA ATE O DIA 28/02/2005 ATENCAO -> A QUANTIA SO PODERA SER RECOLHI

O PRESENTE RECIBO SO TERA VALOR COM AUTENT

ICACAO MECANICA DA P.M.E.T. DE TREMEMBE1OH

AUTENTICACAO

PMETI Cx 1 0072 28/02/2005 S/DOREC

3a. Via-Protocolo

Proc. 045 Fls. 09

Rubrica:

Proc. 045 Fls. 10
Rubrica:

Alçada Civil concluído que a própria Lei Complementar Municipal nº 62/01 é inconstitucional, por não ter sido corretamente publicada.

Mas não é só. Concomitantemente à impetração do aludido "mandamus", a Requerente, ao proceder a análise da aludida Planta de Valores, constatou que, enquanto o metro quadrado do loteamento vizinho "Eldorado" é de, em média, R$ 28,00 (vinte e oito reais), o do Vale do Sol é de aproximadamente R$ 50,00 (cinqüenta reais), o que não se justifica tecnicamente.

2. A Requerente está convencida, entretanto, de que a revisão da Planta de Valores, com a conseqüente redução do valor do metro quadrado dos imóveis situados no Vale do Sol, para valor proporcional ao dos loteamentos vizinhos, já seria suficiente para corrigir a distorção na cobrança do IPTU. É bastante provável, inclusive, que, havendo esta mudança, muitos condôminos desistam de discutir na Justiça a cobrança feita nos exercícios de 2002, 2003 e 2004, bem como a que está sendo feita no atual exercício financeiro, em prejuízo à arrecadação.

3. Nessas condições, no intuito de viabilizar solução para os problemas envolvendo a cobrança de IPTU com base na Lei Complementar nº 62/01, o Requerente permite-se, respeitosamente, sugerir que o Poder Executivo encaminhe, **com urgência**, projeto de lei complementar à Câmara Municipal de Tremembé, para o fim de ser reduzido, imediatamente, o valor do metro quadrado dos imóveis situados no Condomínio Vale do Sol, tornando-o condizente ao dos loteamentos vizinhos, como é o caso do "Eldorado".

Termos em que,

p. deferimento.

Tremembé, 24 de fevereiro de 2005.

requerente

Proc. 045 Fls. 11
Rubrica:

(16)

Processo nº 1080/2005

De acordo com nossos arquivos, informamos que os valores de m2 de terrenos utilizados no lançamento do IPTU dos imóveis localizados no Condomínio Colonial Vale do Sol e no Loteamento Eldorado Jardim Residencial, desta cidade, foram definidos pela Lei Complementar nº 062/2001, como seguem abaixo:

1) Valor / m2 de Terreno - Condominio C. V. do Sol

Exercício	Base / índice		Valor/m2
2001	= Lei C.062/2001	=	49,40
2002	= vlr/01 x 1,1082	=	54,75
2003	= vlr/02 x 1,2105	=	66,27
2004	= vlr/03 x 1,110179	=	73,57
2005	= vlr/04 x 1,0724	=	78,90

2) Valor / m2 de Terreno - Eldorado Jd. Residencial

Exercício	Base / índice		Valor/m2
2001	= Lei C.062/2001	=	26,89
2002	= vlr/01 x 1,1082	=	29,80
2003	= vlr/02 x 1,2105	=	36,07
2004	= vlr/03 x 1,110179	=	40,04
2005	= vlr/04 x 1,0724	=	42,94

À consideração do Diretor Financeiro.

Tremembé, 01/03/2005

Salvador R. Neves Jr.
Coord. Cad. Imobiliário

Gabinete do Prefeito
Ao apreciar.
01/03/05.

Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040 – E-mail: pmettbe@bol.com.br -
Site: www.tremembe.sp.gov.br
- E. São Paulo -

08

Proc. 045 Fls. 12
Rubrica:

PROCESSO Nº 1.080/05

MEMORANDO

DE: CHEFE DO GABINETE
PARA: ASSESSORIA JURÍDICA
DATA: 04/03/2005

Por ordem do Senhor Prefeito, encaminho o presente processo para análise e parecer sobre o pedido apresentado pelo Condomínio Colonial Vale do Sol.

Geni de Fátima Coelho Queiroz
Chefe do Gabinete do Prefeito

Proc. 045 Fls. 13
Rubrica:

P.I. nº 1.080/05 – SOLICITAÇÃO DESPACHO DA: ASSESSORIA JURÍDICA PARA: DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	Fls. 07

Solicitamos a apreciação do presente pedido formulado pelo Condomínio Colonial Vale do Sol, notadamente quanto a divergência apontada, se possível justificando-a.

Tremembé, 07 de março de 2005.

Murilo Ortiz N. A. Coutinho
Assessor Jurídico

Proc. 045 Fls. 14
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 272-3411 - FAX: 272-3592 – E-mail: - E. São Paulo

Processo nº 1.080/2005. **Tremembé, 14 de março de 2005.**

08

Do
Departamento de Finanças
A
Assessoria Jurídica.

Diante da fixação do valor do M2 de terrenos de imóveis localizados no Condomínio Colonial Vale do Sol, no território municipal, que teve seu valor elevado em 25% (vinte e cinco por cento) a mais, à época da elaboração da nova planta de valores, conforme consta do ANEXO I, da Lei Complementar nº 062/01, de 21 de dezembro de 2001, a qual foi devidamente publicada conforme prevê o artigo 104 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, embora não aceita pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, cujo valor hoje é da ordem de R$ 78,90 (setenta e oito reais e noventa centavos), opino SMJ seja aplicado ao M2 o redutor acima citado (25%) passando o mesmo a ser de R$ 59,17 (cinqüenta e nove reais e dezessete centavos), com efeito, retroativo a 1º de janeiro de 2005.

Diante ainda do interesse dos condôminos, neste ato representado pelo Senhor JOAQUIM PRUDENTE TOLEDO NETO, devidamente qualificado no presente feito, é que tomamos a liberdade de juntar minuta do Projeto de Lei Complementar, para a devida análise e parecer de Vossa Senhoria, com anuência direta do Alcaide Municipal, para remessa urgentíssima a Egrégia Câmara Municipal de Tremembé, para a devida aprovação e posterior aplicabilidade.

Atenciosamente,

Lavinio Moreira Alvarenga
Diretor de Finanças

Proc. 045 Fls. 15
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040 – E-mail: pmettbe@bol.com.br –
Site: www.tremembe.sp.gov.br - E. São Paulo -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº XXX/2005.

"Dispõe sobre aplicação de redutor ao m² de terreno."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE TREMEMBE, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O valor do m², de terrenos, constantes do ANEXO I, da Lei Complementar nº 062, de 21 de dezembro de 2001, vigente em 1º de janeiro de 2005, já atualizados monetariamente, e localizados no município de Tremembé, pertencentes ao Condomínio Colonial Vale do Sol, fica pela presente lei reduzido na percentagem de 25% (vinte e cinco por cento), com aplicabilidade imediata.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2005.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, xx de maio de 2005.

José Antonio de Barros Neto
Prefeito Municipal

Proc. 045 fls. 46
Rubrica:

MEMORANDO

Da: ASSESSORIA JURÍDICA
Para: CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO
Data: 15/03/2005
Nº: 47/2005

URGENTE

Manifestamos inteira concordância com as razões expendidas pelo Ilustre Diretor do Departamento de Finanças, lançadas as fls. 08, notadamente diante do fato de que o Condomínio ora postulante saiu vencedor em Ação proposta contra esta Municipalidade, tendo por objeto a impugnação de validade de específica Lei Municipal, pelo que somos favoráveis na adoção do redutor de 25% do valor do M2 de terrenos localizados no referido loteamento, bem assim pela imediata remessa do Projeto de Lei Complementar, consoante Minuta apresentada pelo supracitado Diretor de Finanças.

Recomendamos a devida urgência na ultimação das providências ora recomendadas, *s.m.j.*

Murilo Ortiz N. A. Coutinho
Assessor Jurídico

À Secretaria Municipal para as devidas providências. Em 25/04/05.

Processo nº..... =

SIMULAÇÃO DE LANÇAMENTO - IPTU-IPPU-TRL/2005 - Base: Lei 1985/1991 e atualizações

Proc. 045 Fls. 17
Rubrica:

1- IDENTIFICAÇAO DO IMOVEL

BC..... = 0085.0001
Local..... = Condominio Colonial Vale do Sol
quadra : A
lote : 1

2- ATUALIZAÇAO DE VALORES - 2001 a 2005

Valor / m2 de Terreno

Exercicio	Base / índice	Valor/m2
2001	= valor m2 lançado	= 25,88
2002	= vlr/01 x 1,1082	= 28,68
2003	= vlr/02 x 1,2105	= 34,72
2004	= vlr/03 x 1,110179	= 38,55
2005	= vlr/04 x 1,0724	= **41,34**

Valor da TRL

Exercicio	Base / índice	Valor/ano
2001	valor m2 ançado	27,81
2002	= vlr/01 x 1,1082	= 30,82
2003	= vlr/02 x 1,2105	= 37,31
2004	= vlr/03 x 1,110179	= 41,42
2005	= vlr/04 x 1,0724	= **44,42**

Valor / m2 de Prédio

Exercicio	Base / índice	Valor/m2
2001	= valor m2 lançado	= 138,69
2002	= vlr/01 x 1,1082	= 153,70
2003	= vlr/02 x 1,2105	= 186,05
2004	= vlr/03 x 1,110179	= 206,55
2005	= vlr/04 x 1,0724	= **221,50**

VALOR VENAL DO TERRENO:

Medidas do Terreno

área lote	=	960,00
uso comum	=	619,60
área / IPTU	=	1579,60
testada trib.	=	18,50
prof. equiv.	=	**85,38**

Fatores de Deprec. / Valoriz.

profundidade	=	0,98
esquina	=	1,10
situação	=	1,00
topografia	=	1,00

Valor Venal do Terreno - VVT

Area / m2		m2/fator		VVT
1579,60	x	41,34	=	65.300,66
fator profund.	x	0,98	=	63.994,65
fator esquina	x	1,10	=	70.394,12
fator situação	x	1,00	=	70.394,12
fator topograf.	x	1,00	=	70.394,12
		VVT	=	**70.394,00**

4- VALOR VENAL DO PREDIO:

Medidas do Prédio

			ano de cad.
predio 1	= 393,85	=	1975
predio 2	= 98,00	=	1995
predio 3	= 0,00	=	0
predio 4	= 0,00	=	0
predio 5	= 0,00	=	0
Total	= **491,85**		

Valor Venal do Prédio - VVP

área /m2		valor / m2		Depr/idade		VVP
393,85	x	221,50	x	0,985	=	85.929,20
98,00	x	221,50	x	1,000	=	21.707,00
0,00	x	221,50	x	1,000	=	-
0,00	x	221,50	x	1,000	=	-
0,00	x	221,50	x	1,000	=	-
491,85				**VVP**	=	**107.636,00**

5- TRIBUTOS:

TRL

código
1

Tributo		Valor Venal		aliquota/atualiz		valor/ano		Quant. parc.		R$ / parc.
IPTU.....	=	70.394,00	x	2,00%	=	**1.407,88**	:	10	=	140,79
IPPU.....	=	107.636,00	x	1,00%	=	**1.076,36**	:	10	=	107,64
TRL.....					=	**44,42**	:	10	=	4,44
				Total.....	=	**2.528,66**				**252,87**

Valor das Parcelas

Parcela	=	**R$**	**252,87**
Parc.c/desc.	=	**R$**	**240,23**
Parc. Única	=	**R$**	**2.275,83**

Tremembé, 16/05/05

Proc. 045 Fls. 48
Rubrica:

Autos nº 202/02

Vistos.

COLONIAL VALE DO SOL, condomínio residencial qualificado nos autos, impetrou *mandado de segurança* contra ato do **PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ** aduzindo, em síntese, ser contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano e ter sido surpreendido, em janeiro do ano em curso, por sua majoração excessiva, sem que ao dispositivo legal que operou referido aumento da carga tributária – Lei Complementar Municipal nº 062, de 21 de dezembro de 2001 - tenha sido outorgada a necessária publicidade, o que afronta o respectivo princípio, pelo qual deve se pautar a Administração Pública. Fundamentando-se na assertiva de que a ausência da publicidade torna nulo o preceito legislativo, sustentou que, em conseqüência, também nulo é o ato de lançamento tributário, razão para o pleito liminar de suspensão do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano referente ao corrente exercício e para a pretensão, em definitivo, de concessão de segurança, para o fim de decretar-se a ilegalidade da lei municipal mencionada e dos lançamentos de IPTU e IPPU incidentes sobre os imóveis de propriedade do impetrante, com condenação do impetrada ao pagamento das custas processuais.

Documentos instruíram a postulação (fls. 13/47).

Indeferida a medida liminar (fls. 49), a autoridade apontada como coatora foi notificada (fls. 50) e prestou informações, em que salientou a legalidade da promulgação da Lei Complementar Municipal nº 062, de 21 de dezembro de 2001, que procedeu a alterações nos valores venais dos imóveis sujeitos a tributação, e sustentou que lhe foi outorgada a necessária publicidade, por meio de sua afixação, bem como de seus anexos, no átrio da Sede da Prefeitura Municipal, durante 15 (quinze) dias, em consonância à autorização preconizada no artigo 104, *caput*, da Lei Orgânica do Município. Rechaçando a assertiva de que tenha ocorrido afronta ao princípio da publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, requereu, por fim, a denegação da segurança (fls. 52/55 e documentos de fls. 56/530).

O Ministério Público, por seu representante, opinou pela denegação da ordem, apontando seu entendimento de que a afixação da lei de que trata a

536

Proc. 045 Fls. 19
Rubrica:

presente, e de seus anexos, na Sede da Prefeitura local, constitui-se em meio legal de publicação do ato, que por essa razão não deve ser acoimado de nulo (fls. 532/533).

Relatado o necessário,

Decido.

A certidão de fls. 58 indica que a Lei Complementar Municipal nº 062, de 21 de dezembro de 2001, objeto da presente impetração, *foi* publicada, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no átrio da Sede da Prefeitura deste Município, nos termos do artigo 104 da respectiva Lei Orgânica.

O dispositivo legal antes referido efetivamente prevê, e autoriza, tal modalidade de outorga de publicidade a atos da Administração Pública Municipal, ao preconizar:

"*Artigo 104 – A publicação das leis e atos municipais será feita pela imprensa oficial do Município e, na falta desta, por órgão da imprensa local ou regional, ou por afixação na Sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.*

(...)"

Referida autorização legislativa encontra respaldo na doutrina a respeito, que entende ser perfeitamente possível a publicação dos atos oficiais por meio de afixação de edital em lugar acessível ao público, no edifício da Sede da Prefeitura, em não havendo órgão oficial da imprensa local.

É dos cidadãos deste Município conhecida a inexistência de imprensa oficial local. Destarte, válida a publicação da lei em exame por meio de sua afixação no átrio da Sede da Prefeitura local.

Ademais, de absoluta impropriedade, como bem obtemperou o M.D. representante do Ministério Público, a publicação de referido ato legislativo na imprensa local, considerando tratar-se de texto de longa extensão, que por certo implicaria em gastos expressivos.

Por fim, deve-se salientar que, conquanto seja a publicidade princípio pelo qual deve pautar-se a Administração Pública, e muito embora se constitua

537
Proc. 045 Fls. 20
Rubrica:

em requisito para que o ato produza efeitos válidos, sua ausência não importaria em nulidade da legislação em pauta.

Verifica-se, pois, que o argumento em que se funda a impetração não encontra respaldo, porque a lei que alterou Código Tributário Municipal foi regularmente publicada, e não há que ser considerada nula.

Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial e **denego** a ordem de segurança.

Custas pelo impetrante, sendo incabível a condenação ao pagamento de verba honorária.

P.R.I.

Tremembé, 10 de maio de 2002

CLÁUDIA CALLES NOVELLINO BALLESTERO
Juíza de Direito

Proc. 045 Fls. 321
Rubrica:

ACÓRDÃO

Tributário – IPTU - TREMEMBÉ - Município dotado de imprensas local e regional – Publicação de textos legais por afixação no átrio da Prefeitura – Inadmissibilidade – Mandado de segurança procedente – Recurso provido para esse fim.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO, Nº 1.143.057-6, da Comarca de TAUBATÉ, sendo apelante COLONIAL VALE DO SOL e apelada PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ.

ACÓRDAM, em Sétima Câmara de Férias de Julho de 2003, do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencido o juiz Relator sorteado, que declarará voto. Acórdão com o juiz Revisor.

É mandado de segurança julgado improcedente pela respeitável decisão monocrática, cujo relatório se adota.

Apela a impetrante buscando inverter o resultado. Em resumo, sustenta a nulidade da exigência versada no IPTU de 2002 da cidade de Tremembé, uma vez inexistindo publicação da lei reguladora do tributo. E assim entende porque o diploma municipal a respeito foi veiculado apenas mediante afixação no átrio da prefeitura local.

Recurso regularmente processado, com parecer da douta Procuradoria pelo provimento.

É o relatório.

Proc. 045 Fls. 22
Rubrica:

ACÓRDÃO

Tributário – IPTU - TREMEMBÉ - Município dotado de imprensas local e regional – Publicação de textos legais por afixação no átrio da Prefeitura – Inadmissibilidade – Mandado de segurança procedente – Recurso provido para esse fim.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO, Nº 1.143.057-6, da Comarca de TAUBATÉ, sendo apelante COLONIAL VALE DO SOL e apelada PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ.

ACÓRDAM, em Sétima Câmara de Férias de Julho de 2003, do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por maioria de votos, dar provimento ao recurso. Vencido o juiz Relator sorteado, que declarará voto. Acórdão com o juiz Revisor.

É mandado de segurança julgado improcedente pela respeitável decisão monocrática, cujo relatório se adota.

Apela a impetrante buscando inverter o resultado. Em resumo, sustenta a nulidade da exigência versada no IPTU de 2002 da cidade de Tremembé, uma vez inexistindo publicação da lei reguladora do tributo. E assim entende porque o diploma municipal a respeito foi veiculado apenas mediante afixação no átrio da prefeitura local.

Recurso regularmente processado, com parecer da douta Procuradoria pelo provimento.

É o relatório.

Diz a Lei Orgânica do Município de Tremembé, ao regular a publicidade dos atos municipais (f. 23):

> **Art. 104 – A publicação das leis e atos municipais será feita pela imprensa oficial do Município e, na falta desta, por órgão da imprensa local ou regional, ou por afixação na Sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.**
>
> **§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos será feita através de licitação, em que serão levados em conta, não só as condições de preço, como as circunstâncias de freqüência, horário, tiragem e distribuição.**
>
> **§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.**
>
> **§ 3º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.**

Muito bem.

Não há imprensa oficial no município de Tremembé.

Nesse caso, cabia à municipalidade, por ordem de chamamento, utilizar-se da imprensa local. Não havendo imprensa local, utilizar-se da imprensa regional. Não havendo imprensa regional, só então poderia utilizar-se de publicação por afixação de diplomas legais no átrio da Prefeitura ou da Câmara Municipal.

Em pesquisa realizada na INTERNET, "site" da TELEFONICA, consta que Tremembé é servida por três noticiosos: 1) JORNAL DO VALE, dirigido pela empresa jornalística SORBILE VEIGA & ÂNCORA DA LUZ LTDA, situada à Rua José Monteiro Pato, 43, Jardim Bom Jesus – Tremembé, CNPJ 01.340.120/0001-09; 2) GAZETA DE TREMEMBÉ e 3) TREMEMBÉ NEWS, dirigidos pela empresa jornalística MARIA ILDA G. NOGUEIRA – ME, situada à Rua Manuel Martiniano de Godoi, n. 39, Pindamonhangaba.

Anotado que o imposto sob censura é de 2002, estranha que a impetrada, argüindo onerosidade excessiva para publicar leis, da mesma dificuldade não tenha reclamado para publicar o empenho n. 519/000.02 em

fevereiro de 2002 no Jornal do Vale (SORBILE VEIGA & ÂNCORA DA LUZ LTDA), de valor igual a R$ 600,00, preferindo, para o caso do diploma que instituiu as alíquotas do IPTU de 2002, veiculação mediante afixação no átrio da Prefeitura. O mesmo aconteceu com o empenho n. 3.530/000.02, no valor de R$ 190,00, publicado em abril de 2002 no TREMEMBÉ NEWS (MARIA ILDA G. NOGUEIRA – ME).

Como se vê, há imprensa local em Tremembé, com custos acessíveis aos órgãos públicos.

Ainda que não houvesse, a imprensa regional, localizada em Taubaté, atenderia o requisito de lei no Diário de Taubaté, noticioso de porte, encontradiço na INTERNET, "site" www.diariotaubate.com.br.

Em resumo, a veiculação nas imprensas local e regional era perfeitamente viável, não colhendo e nem tendo juridicidade a escusa de que a imprensa particular é excessivamente onerosa. Disso resulta que, nos termos da própria Lei Orgânica do Município, o texto legal que regulou o IPTU de 2002 não produziu efeito por falta de regular publicação.

Daí porque julgam procedente a ação mandamental para conceder a ordem, desconstituindo o tributo impugnado. Custas ***ex lege***.

É como dão provimento ao recurso.

Presidiu o julgamento, com voto, o Juiz **NELSON FERREIRA** e, dele participou o Juiz **ULISSES DO VALLE RAMOS**.

São Paulo, 12 de agosto de 2003.

LUIZ SABBATO
Relator designado

ULISSES DO VALLE RAMOS
Declaração de voto
vencido, em separado

Proc. 045 Fls. 25
Rubrica:

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

APELAÇÃO nº 1.143.057-6

COMARCA DE TAUBATÉ - SP

Ousei divergir da douta maioria pelas razões seguintes:

Pretendeu a impetrante fosse reconhecida a ilegalidade do lançamento do IPTU lançado pela municipalidade local para o exercício de 2.002, em razão de estar ele fundado em lei que não foi publicada regularmente no ano anterior (Lei complementar 62 de 21.12.2002).

Pelas informações da própria municipalidade impetrada e demais elementos de prova contidos nos autos, ficou incontroverso que essa lei complementar, não foi publicada pela imprensa oficial, inexistente na cidade, sendo, então afixado seu texto "no átrio da prefeitura" por quinze dias (fls. 53).

Em que pese a respeitável interpretação dada ao artigo 104 da Lei Orgânica do Município pelo eminente Procurador de Justiça que oficia perante esta Colenda Corte, é de se acolher o entendimento diverso adotado pela MM. Juíza, em sua sentença.

Esse dispositivo da lei municipal realmente estabelece que as leis serão publicadas no órgão de imprensa oficial na cidade e subsidiariamente, na falta dele, em órgão de imprensa local, ou órgão de imprensa regional, ou mediante afixação na sede da prefeitura ou da câmara municipal.

A única ordem de prioridade lá estabelecida entre as diversas formas de publicidade dos atos legislativos é a que coloca em primeiro lugar o órgão oficial e em segundo lugar, alternativamente, as três modalidades subsidiárias.

Proc. 045 Fls. 26
Rubrica:

Assim, não existindo órgão oficial e tornando-se excessivamente onerosa a publicação em jornal particular, como assinalou o ilustre Prefeito em suas informações, nada impedia fosse, desde logo, escolhida a última modalidade de publicação prevista.

Estando regular a publicação da aludida lei complementar e não sendo, assim, ferido o princípio da anterioridade, era legítimo o lançamento, não violando direito líquido e certo do impetrante. Correta, portanto, a denegação da ordem.

Por essa razão, meu voto negava provimento ao recurso.

Juiz **ULISSES DO VALLE RAMOS**
Relator sorteado, vencido

Proc. 642 Fls 27
Rubrica:

Prefeitura Municipal da Estância Turístic de Tremembé

Processo: 1.829/05 Data: 14/04/2005

Interessado: CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL

Assunto: 0097 - SOLICITACAO

Compl.:

PROTOCOLAMENTO E REPROTOCOLAMENTO

REPARTIÇÃO	NÚMERO
Gabinete do Prefeito 15/04/05	
Departamento de Finanças 20/04/05	
Secretaria Municipal 25/04/05	

PROC. Nº
(PARA ARQUIVAMENTO)

Proc. 045 Fls. 28
Rubrica:

Prefeitura Munic. da Estância Turística de Tremembé/SP
Proc.Nº 1829/05
Entrada 14/04/05.
Ed. Ap. Nogueira

Colonial Vale do Sol

Ao
Exmo. Sr. Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé

O CONDOMÍNIO COLONIAL VALE DO SOL , localizado na Av. Luiz Gonzaga das Neves, nº 1855, em Tremembé, SP, representado neste ato por seu Síndico **Sr. JOAQUIM PRUDENTE TOLEDO NETO,** brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 14.245.166 CPF nº 032.815.248-00, residente e domiciliado a Rua Quaresmeiras, nº 78 - Condomínio Colonial Vale do Sol, em Tremembé, São Paulo, doravante denominado REQUERENTE, é presente a V.Sa. para, respeitosamente, requerer a aprovação, junto a Câmara Municipal, do acordo havido entre as partes:

REDUÇÃO DE 25% NO VALOR DO METRO QUADRO REFERENTE AO IMPOSTO TERRITORIAL DOS IMÓVEIS DESTE CONDOMÍNIO, PASSANDO ENTÃO PARA R$59,17/m², VALOR ESTE A SER APLICADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005.

Termos em que,

P. Deferimento.

Tremembé, 13 de abril de 2005.

CONDOMÍNIO COLONIAL VALE DO SOL
JOAQUIM PRUDENTE TOLEDO NETO
SÍNDICO

Av. Luiz Gonzaga das Neves, nº 1855 – Vale do Sol – Tremembé – SP – CNPJ 51.616.589/0001-98
FONES (12) 3672-3520 – Portaria / 3672-4883 – Administração – e-mail: condvaledosol@hotmail.com

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé

(LEI Nº 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)
- CEP 12.120 - 000 -
- ESTADO DE SÃO PAULO -

Proc. 045 Fls. 29
Rubrica:

Processo Nº 1.829/05.
A: O Gabinete do Prefeito
Em: 15/4/05.

Fls. 3

Ao
Gabinete do Prefeito:

Segue processo anexo a minuta de Projeto de Lei para posterior providências pela Secretaria Municipal.

Em 15/04/05.

Proc. 045 Fls. 30

Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 272-3411 - FAX: 272-3592 – E-mail: pmettbe@aquarius.com.br - E. São Paulo

Do: Gabinete do Prefeito **Para: Assessoria Jurídica** **Em**: 18/04/2005 **Processo nº 1.829/2005.**	**Fls.** 04

À Assessoria Jurídica,

Solicito que seja o presente apenso ao Processo nº 1.080/2005 e analisada a minuta de projeto de lei a ser enviado à Câmara Municipal. Solicito ainda que, seja providenciada a oficialização da renúncia, pelos requerentes, aos valores atrasados, conforme entendimento em reunião.

José Antonio de Barros Neto
Prefeito Municipal

Proc. 045 Fls. 31
Rubrica:

P.I. nº 1.829 /05 - SOLICITAÇÃO DESPACHO DA: ASSESSORIA JURÍDICA PARA: DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	Fls. 05

A fim de que se possa dar atendimento à determinação exarada pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal a fls. 04, favor elaborar com a devida urgência, Minuta do Termo de Renúncia, por se tratar de cobrança administrativa, bem assim o indispensável demonstrativo de impacto financeiro que deverá instruir o Projeto de Lei a ser enviado ao nosso Legislativo Municipal, conforme cópia do projeto carreado a fls. 09 do processo em apenso.

Tremembé, 20 de abril de 2005.

Murilo Ortiz N. A. Coutinho
Assessor Jurídico

Proc. 045 Fls. 32
Rubrica:

Selectron Processamento de Dados S/C LTDA

LANCAMENTO IPTU/IPPU/TRL/2005 - V.DO SOL

B.C. do I	Bairro do Imóvel	Lote do Imóvel	Quadra	Imposto territ	Imposto predia	Taxa de coleta	Valor total
0085.0001	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	01	A	1.813,73	1.399,30	57,64	3.270,67
0085.0002	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	02	A	2.215,02	811,49	57,64	3.084,15
0085.0003	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	03	A	2.034,00	1.392,81	57,64	3.484,45
0085.0004	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	04	A	2.097,91	1.132,86	57,64	3.288,41
0085.0005	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	05	A	2.193,77	839,99	57,64	3.091,40
0085.0006	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	06	A	2.377,47	1.364,53	57,64	3.799,64
0085.0007	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	07	A	2.097,91	1.104,40	57,64	3.259,95
0085.0008	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	08	A	3.209,88	1.403,81	57,64	4.671,33
0085.0009	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	PARTE DO LOTE 09	A	1.672,92	658,52	57,64	2.389,08
0085.0010	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	10	A	2.396,81	1.282,85	57,64	3.737,30
0085.0011	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	11/PARTE LOTE 09	A	2.427,04	1.723,29	57,64	4.207,97
0085.0012	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	12	A	2.281,18	839,80	57,64	3.178,62
0085.0013	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	13	A	2.298,37	1.420,88	57,64	3.776,89
0085.0014	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	14	A	2.319,42	807,30	57,64	3.184,36
0085.0015	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	15	A	2.076,93	846,09	57,64	2.980,66
0085.0016	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	16	A	1.751,73	1.302,25	57,64	3.111,62
0085.0017	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	17	A	2.151,17	810,23	57,64	3.019,04
0085.0018	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	18	A	2.456,25	1.233,80	57,64	3.747,69
0085.0019	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	19	A	1.956,20	710,25	57,64	2.724,09
0085.0020	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	20	A	2.061,65	1.082,25	57,64	3.201,54
0085.0021	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	21	A	1.686,71	736,57	57,64	2.480,92
0085.0022	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	21-A	A	1.501,42	1.078,53	57,64	2.637,59
0085.0023	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	22	A	3.929,52	0,00	0,00	3.929,52
0085.0024	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	23	A	2.364,20	1.270,42	57,64	3.692,26
0085.0026	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	25	A	1.565,33	670,75	57,64	2.293,72
0085.0028	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	27	A	3.022,42	1.608,60	57,64	4.688,66
0085.0029	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	28	A	2.002,05	765,73	57,64	2.825,42
0085.0030	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	29	A	4.291,67	0,00	0,00	4.291,67
0085.0031	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	30	A	2.119,63	740,87	57,64	2.918,14
0085.0032	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	31	A	2.249,12	932,97	57,64	3.239,73
0085.0033	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	01	B	2.085,08	985,53	57,64	3.128,25
0085.0034	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	02	B	1.858,24	975,95	57,64	2.891,83
0085.0035	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	03	B	1.858,24	1.681,67	57,64	3.597,55
0085.0036	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	04	B	1.858,24	1.011,37	57,64	2.927,25
0085.0037	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	05	B	1.858,24	558,62	57,64	2.474,50
0085.0038	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	06	B	1.858,24	921,45	57,64	2.837,33
0085.0039	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	07	B	1.858,24	1.004,96	57,64	2.920,84
0085.0040	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	08	B	1.967,92	1.319,99	57,64	3.345,55
0085.0041	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	09	B	2.354,57	939,02	57,64	3.351,23
0085.0042	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	10	B	1.765,05	779,29	57,64	2.601,98
0085.0043	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	11	B	1.711,80	806,27	57,64	2.575,71
0085.0044	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	12	B	1.685,16	1.038,73	57,64	2.781,53
0085.0045	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	13	B	1.871,57	1.011,90	57,64	2.941,11
0085.0046	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	14	B	2.250,07	836,22	57,64	3.143,93
0085.0047	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	15	B	3.358,66	0,00	0,00	3.358,66
0085.0048	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	01	C	2.190,53	1.226,54	57,64	3.474,71
0085.0049	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	02	C	4.383,42	0,00	0,00	4.383,42
0085.0050	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	03	C	1.528,59	941,17	57,64	2.527,40
0085.0051	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	04	C	2.236,38	994,06	57,64	3.288,08
0085.0052	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	05	C	1.841,88	723,48	57,64	2.623,00
0085.0053	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	06	C	2.534,62	1.021,34	57,64	3.613,60
0085.0054	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	07	C	1.980,74	908,78	57,64	2.947,16

Proc. 045 Fls. 33
Rubrica:

Selectron Processamento de Dados S/C LTDA

LANCAMENTO IPTU/IPPU/TRL/2005 - V.DO SOL

B.C. do I	Bairro do Imóvel	Lote do Imóvel	Quadra	Imposto territ	Imposto predia	Taxa de coleta	Valor total
0085.0055	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	08	C	1.665,49	565,91	57,64	2.289,04
0085.0058	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	10-A	C	1.757,06	1.134,60	57,64	2.949,30
0085.0059	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	11	C	2.023,35	1.404,21	57,64	3.485,20
0085.0060	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	12	C	1.820,97	1.142,12	57,64	3.020,73
0085.0061	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	13	C	1.618,59	528,04	57,64	2.204,27
0085.0062	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	14	C	1.522,73	952,77	57,64	2.533,14
0085.0063	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	15	C	1.393,32	908,36	57,64	2.359,32
0085.0064	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	16	C	2.193,77	1.001,61	57,64	3.253,02
0085.0065	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	17	C	1.785,82	1.497,86	57,64	3.341,32
0085.0066	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	18	C	3.694,38	0,00	0,00	3.694,38
0085.0067	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	19	C	1.951,57	1.336,21	57,64	3.345,42
0085.0068	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	20	C	3.516,42	0,00	0,00	3.516,42
0085.0069	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	21	C	1.767,71	1.020,53	57,64	2.845,88
0085.0070	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	21-A	C	1.767,71	1.169,38	57,64	2.994,73
0085.0071	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	22	C	3.287,14	0,00	0,00	3.287,14
0085.0072	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	22-A	C	2.164,45	1.537,64	57,64	3.759,73
0085.0073	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	23	C	1.735,76	767,06	57,64	2.560,46
0085.0074	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	24	C	3.940,54	0,00	0,00	3.940,54
0085.0075	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	25	C	2.800,91	1.033,83	57,64	3.892,38
0085.0076	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	01	D	4.802,86	0,00	0,00	4.802,86
0085.0077	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	02	D	2.171,83	1.468,57	57,64	3.698,04
0085.0078	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	03	D	2.065,95	1.110,22	57,64	3.233,81
0085.0079	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	04	D	2.161,82	1.773,08	57,64	3.992,54
0085.0080	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	05	D	2.732,31	1.252,83	57,64	4.042,78
0085.0081	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	06	D	2.045,72	1.260,03	57,64	3.363,39
0085.0082	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	07	D	1.625,69	819,13	57,64	2.502,46
0085.0083	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	07-A	D	1.737,58	1.163,55	57,64	2.958,77
0085.0084	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	08	D	1.756,01	954,09	57,64	2.767,74
0085.0085	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	09	D	1.938,14	575,91	57,64	2.571,69
0085.0086	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	10	D	1.629,24	859,98	57,64	2.546,86
0085.0087	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	11	D	3.876,28	0,00	0,00	3.876,28
0085.0088	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	12	D	1.813,30	1.095,26	57,64	2.966,20
0085.0089	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	13	D	1.938,14	986,36	57,64	2.982,14
0085.0090	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	14	D	2.162,26	1.067,60	57,64	3.287,50
0085.0091	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	15	D	1.842,27	915,70	57,64	2.815,61
0085.0092	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	16	D	2.049,93	527,84	57,64	2.635,41
0085.0093	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	17	D	4.435,80	0,00	0,00	4.435,80
0085.0094	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	18	D	1.750,04	648,90	57,64	2.456,58
0085.0095	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	19	D	3.527,36	0,00	0,00	3.527,36
0085.0096	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	20	D	1.721,92	814,33	57,64	2.593,89
0085.0097	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	21	D	1.763,68	787,76	57,64	2.609,08
0085.0098	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	22	D	1.753,24	1.095,69	57,64	2.906,57
0085.0099	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	23	D	1.763,68	1.239,36	57,64	3.060,68
0085.0100	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	24	D	1.962,65	1.148,38	57,64	3.168,67
0085.0101	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	25	D	2.422,81	1.197,31	57,64	3.677,76
0085.0102	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	26	D	2.364,20	1.547,33	57,64	3.969,17
0085.0103	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	27	D	1.970,95	677,39	57,64	2.705,98
0085.0104	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	28	D	1.767,71	840,74	57,64	2.666,09
0085.0105	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	29	D	2.143,66	1.170,27	57,64	3.371,57
0085.0106	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	30	D	3.547,15	0,00	0,00	3.547,15
0085.0107	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	31	D	3.373,54	0,00	0,00	3.373,54
0085.0108	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	32	D	2.295,98	1.168,90	57,64	3.522,52

Proc. 045 Fls. 34
Rubrica:

Selectron Processamento de Dados S/C LTDA

LANCAMENTO IPTU/IPPU/TRL/2005 - V.DO SOL

B.C. do I	Bairro do Imóvel	Lote do Imóvel	Quadra	Imposto territ	Imposto predia	Taxa de coleta	Valor total
0085.0109	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	33	D	1.751,73	1.516,00	57,64	3.325,37
0085.0110	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	34	D	2.076,93	1.232,45	57,64	3.367,02
0085.0111	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	35	D	4.127,51	0,00	0,00	4.127,51
0085.0112	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	36	D	1.639,89	795,59	57,64	2.493,12
0085.0113	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	37	D	1.884,88	878,15	57,64	2.820,67
0085.0114	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	38	D	2.050,12	879,06	57,64	2.986,82
0085.0115	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	39	D	1.898,19	1.527,66	57,64	3.483,49
0085.0116	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	40	D	1.685,16	928,46	57,64	2.671,26
0085.0117	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	41	D	1.936,38	890,27	57,64	2.884,29
0085.0118	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	42	D	1.538,70	1.157,63	57,64	2.753,97
0085.0119	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	43	D	2.035,07	873,19	57,64	2.965,90
0085.0120	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	44	D	1.591,96	554,45	57,64	2.204,05
0085.0121	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	45	D	3.521,17	0,00	0,00	3.521,17
0085.0122	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	46	D	2.542,03	1.247,01	57,64	3.846,68
0085.0123	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	47	D	1.817,77	829,97	57,64	2.705,38
0085.0124	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	48	D	3.503,46	0,00	0,00	3.503,46
0085.0125	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	49	D	1.789,02	1.060,25	57,64	2.906,91
0085.0126	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	50	D	1.789,02	518,58	57,64	2.365,24
0085.0127	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	51	D	1.862,47	656,53	57,64	2.576,64
0085.0128	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	52	D	1.991,35	1.632,80	57,64	3.681,79
0085.0129	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	01	E	1.967,92	844,91	57,64	2.870,47
0085.0130	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	02	E	1.778,36	1.045,27	57,64	2.881,27
0085.0131	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	03	E	1.778,36	561,02	57,64	2.397,02
0085.0132	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	04	E	1.778,36	1.424,89	57,64	3.260,89
0085.0133	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	05	E	1.909,33	934,21	57,64	2.901,18
0085.0134	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	06	E	1.874,23	779,46	57,64	2.711,33
0085.0135	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	07	E	1.565,33	881,14	57,64	2.504,11
0085.0137	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	09	E	1.781,56	991,34	57,64	2.830,54
0085.0138	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	10	E	3.982,79	0,00	0,00	3.982,79
0085.0139	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	11	E	1.827,31	959,71	57,64	2.844,66
0085.0140	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	12	E	1.792,16	1.251,22	57,64	3.101,02
0085.0141	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	13	E	1.666,52	802,97	57,64	2.527,13
0085.0142	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	14	E	1.668,65	882,84	57,64	2.609,13
0085.0144	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	16	E	1.637,69	895,16	57,64	2.590,49
0085.0145	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	17	E	1.661,20	1.006,98	57,64	2.725,82
0085.0146	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	18	E	3.812,21	0,00	0,00	3.812,21
0085.0147	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	19	E	2.078,51	1.040,44	57,64	3.176,59
0085.0148	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	20	E	1.352,30	1.017,75	57,64	2.427,69
0085.0149	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	20-A	E	1.639,85	1.157,00	57,64	2.854,49
0085.0150	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	01	F	1.287,85	858,25	57,64	2.203,74
0085.0151	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	02	F	1.329,29	829,30	57,64	2.216,23
0085.0152	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	03	F	1.536,74	146,19	57,64	1.740,57
0085.0153	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	04	F	1.550,20	958,89	57,64	2.566,73
0085.0154	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	05	F	1.372,23	966,14	57,64	2.396,01
0085.0155	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	06	F	1.814,60	868,42	57,64	2.740,66
0085.0156	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	07	F	1.906,18	882,00	57,64	2.845,82
0085.0157	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	08	F	1.571,19	926,84	57,64	2.555,67
0085.0158	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL			0,00	1.472,39	57,64	1.530,03
0085.0159	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL			14.681,16	0,00	0,00	14.681,16
0085.0161	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	24	A	4.048,40	0,00	0,00	4.048,40
0085.0162	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	08	E	1.671,85	947,37	57,64	2.676,86
0085.0163	CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	09 E 10	C	3.631,29	1.802,60	57,64	5.491,53

Selectron Processamento de Dados S/C LTDA

LANCAMENTO IPTU/IPPU/TRL/2005 - V.DO SOL

B.C. do I Bairro do Imóvel	Lote do Imóvel	Quadra	Imposto territ	Imposto predia	Taxa de coleta	Valor total
0085.0165 CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	26	A	1.552,02	710,82	57,64	2.320,48
0085.0166 CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL	15	E	3.197,85	0,00	0,00	3.197,85
			356.574,60	138.847,69	7.839,04	503.261,33

Listados: 158 registros

- 25%.
= 267.430,95

414.117,68

RELAÇÃO DE REMESSAS DE PROCESSOS

Proc. 045 Fls. 10
Rubrica:

~~Projetos Financeiros~~ Fundos
Secretaria Municipal.

Tremembé, 25 de abril de 2005

Nº	NOME	ASSUNTO	PROCESSO
1.	Condominio Colonial Vale do Sol	Solicitacao	18 29/05
2.	" " "	"	1080/05

METIDO POR Fabinho Dr. Murilo RECEBIDO Eliana

Proc. 045 Fls. 37
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040 – E-mail: pmettbe@bol.com.br –
Site: www.tremembe.sp.gov.br - E. São Paulo -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº xxx/2005.

"Dispõe sobre aplicação de redutor ao m² de terreno."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE TREMEMBE, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O valor do m², de terrenos, constantes do ANEXO I, da Lei Complementar nº 062, de 21 de dezembro de 2001, vigente em 1º de janeiro de 2005, já atualizados monetariamente, e localizados no município de Tremembé, pertencentes ao Condomínio Colonial Vale do Sol, fica pela presente lei reduzido na percentagem de 25% (vinte e cinco por cento), com aplicabilidade imediata.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2005.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, xx de maio de 2005.

José Antonio de Barros Neto
Prefeito Municipal

Proc. 045 Fls. 38

Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040 – E-mail: pmettbe@bol.com.br - Site: www.tremembe.sp.gov.br
- E. São Paulo -

fls. 12

PROCESSO Nº 1.829/05.

DO: Departamento Financeiro
AO: Gabinete do Prefeito

Conforme reunião com os vereadores no dia 17/05/05, às 16h30 na sede do Legislativo, solicitada pelo ofício nº 101/05, (convidando os Senhores Dr. Murilo Ortiz Neves de Azeredo Coutinho e Lavinio Moreira Alvarenga), comparecemos para atender as dúvidas dos nobres edis.

Foi fornecido aos mesmos cópia xerox dos autos nº 202/02, datado de 10/05/02, cópia xerox do Acordo do 1º Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo e cópia xerox de Declaração de Voto Vencido – Apelação nº 1.143.057-6- Comarca de Taubaté/SP., dando ganho de causa aos mesmos, referente ao Exercício/2002.

Foi dito também que o m² do(s) terreno(s), no Ex./2005, localizado(s) no Condomínio Colonial Vale do Sol é de R$ 78,90 e do Eldorado é de R$ 42,94, conforme consta às folhas 05, do presente auto (Processo nº 1.080/05).

Foi dito também que com o pedido de redução de 25% (vinte e cinco por cento) o m² passaria já em 01/01/2005 a R$ 59,17 (cinqüenta e nove reais e dezessete centavos), e aceito pelos condôminos, conforme fls. 2 do Processo nº 1.829/05.

Enfatizamos ainda que no momento trata-se apenas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, sem falar-se no Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana – IPPU, **que fatalmente também será reduzido em prejuízo ainda maior aos cofres públicos.**

Diante do exposto, caso o Projeto de Lei Complementar nº 010/05, seja aprovado será de grande valia para com os cofres públicos, visto que isto evitará, S.M.J., ações junto ao Judiciário, por parte dos mesmos, em prejuízo somente do Poder Público Municipal, evitando-se ainda mais perda de receita tão combatida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Atenciosamente.

Lavínio Moreira Alvarenga
Diretor do Departamento de Finanças

Proc. 045 Fls. 39
Rubrica:

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PROCESSO Nº 045/05

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/05

Interessado: **Comissão de Justiça e Redação**

"Dispõe sobre aplicação de redutor ao metro quadrado de terrenos pertencentes ao Condomínio Colonial Vale do Sol, constantes do Anexo I, da Lei Complementar nº 062/01".

Parecer

A proposta do Executivo objetiva reduzir em 25% (vinte e cinco por cento) o valor do metro quadrado dos terrenos pertencentes ao Condomínio residencial Colonial vale do Sol.

Como se sabe, o Condomínio residencial Colonial Vale do Sol impetrou Mandado de Segurança contra o ato do Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé que majorou a carga tributária prevista na Lei Complementar Municipal nº 062, de 21 de dezembro de 2001, cujo processo teve seus trâmites pela Vara Distrital de Tremembé sob o nº 202/01

Vencido em primeira instância o Condomínio interpôs recurso de Apelação, distribuído a Sétima Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, cujo processo em segundo grau recebeu o nº 1.143.057-6.

Por maioria de votos (vencido o Juiz Relator) deram provimento ao recurso, sob o fundamento de que a Lei não foi devidamente publicada na imprensa local. Da decisão do 1º TAC não houve recurso ao STJ, portanto o V. Acórdão transitou em julgado.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

" CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA "

Julgada procedente a ação mandamental e concedida a Ordem, o tributo impugnado restou desconstituído.

Diante da decisão judicial transitada em julgado, não poderia a municipalidade majorar a tributação, já que inexistiu Lei autorizadora para os lançamentos de IPTU e IPPU.

De efeito, a aplicação do redutor em pauta, ao que tudo indica com anuência do Condomínio, visa, de forma oblíqua, retornar ao estado quo ante, permitindo ao Município arrecadar os referidos impostos, em parte reajustados.

Importante ressaltar que a decisão judicial desconstituiu o tributo para o autor do MS, de sorte inexistir previsão legal para a majoração do tributo; equivale dizer que, juridicamente, para Lei inexistente não se pode falar em redução, via de conseqüência, a redução ultimaria por reduzi a lei anterior, não impedindo que proprietários eventualmente postulem seus direitos em Juízo.

A redução discriminada de alíquotas constitui um dos tipos de renúncia de que trata o artigo 14 da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, o que, em tese, exigiria a estimativa do impacto orçamentário e financeiro e a declaração de que a renúncia não afeta a LDO.

De modo que, nos moldes propostos, é nosso entendimento que *in casu* não se pode aplicar a redução, uma vez que a majoração do tributo, inicialmente prevista em Lei, foi derrogada pelo Poder Judiciário, portanto, de rigor jurídico, o Poder Executivo estará renunciando receita.

Importante consignar que a justificativa de que a propositura tem a finalidade de atender a determinação judicial e coibir futuras ações, não retrata a realidade. A um, porque a determinação judicial desconstituiu o tributo o que, via de conseqüência, invalidou a majoração. A dois, a redução de 25% (vinte e cinco por cento) ultimaria por reduzir juridicamente o valor do imposto "a quo", ou seja, anterior à LC 062/2001.

É o parecer, *sub censura* do E. Plenário.

Tremembé, 03 de maio de 2005

Luiz Roberto Rubin
Assessor Técnico Legislativo
OAB/SP 93.771

Wilson do Amaral
Assessor de Bancada
OAB/SP 120.956

Proc. 045 Fls. 41
Rubrica:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

P A R E C E R

Sobre o Projeto de Lei Complementar nº 010/05, de iniciativa do Chefe do Executivo, que "Dispõe sobre aplicação de redutor ao metro quadrado de terrenos pertencentes ao Condomínio Colonial Vale do Sol, constantes do Anexo I, da Lei Complementar nº 062/01"

Após analisar devidamente a matéria constante do projeto em epígrafe, esta Comissão, reunida nesta data, tendo em mãos parecer do Assessor Técnico Legislativo desta Casa, decidiu exarar Parecer considerando **INADMISSÍVEL** a apreciação do mesmo, uma vez que encontrou óbices à sua aprovação.

SALA DAS REUNIÕES, em 03 DE AGOSTO de 2005.

RELATOR

De acordo:

PRESIDENTE

MEMBRO

Proc. 045 Fls. 42
Rubrica:

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

" CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA "

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

RENATO VARGAS JÚNIOR, MARCOS VENICIOS DE SOUSA BUENO, JAIR BENTO DE SOUZA e JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA, Vereadores desta Edilidade, infra-assinados, comparecem, respeitosamente, à presença de vossa Excelência para, tempestivamente, com fundamento no parágrafo 1º, do artigo 51, do Regimento Interno interpor o presente RECURSO contra o Parecer pela Inadmissibilidade Total exarado pela Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 010/05, de autoria do Chefe do Executivo, que "Dispõe sobre aplicação de redutor ao metro quadrado de terreno", proferido nos autos do Processo nº 045/05, posto que a matéria em pauta, conforme fundamentação do Diretor do Departamento de Finanças, Senhor Lavinio Moreira Alvarenga, encontrada nas folhas 38, do referido processo, se aprovada por esta Casa, será de muita valia para os cofres públicos municipais, visto que irá coibir futuras ações junto ao Poder Judiciário, evitando-se assim, mais perda de receita, tão combatida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Ademais, conforme dispõe o artigo 51, inciso I, do Regimento Interno, será terminativo o Parecer de Admissibilidade, quanto à inconstitucionalidade, legalidade ou juridicidade da matéria, e não havendo demonstração de óbices que justifiquem a decisão da Comissão de Justiça e Redação, no teor do Parecer Jurídico que serviu de embasamento para a mesma, solicitamos o acolhimento do presente Recurso, permitindo-se, assim, que o Egrégio Plenário delibere sobre a matéria, através do supracitado Projeto de Lei Complementar.

Termos em que,
Pedem deferimento.

Tremembé, 16 de agosto de 2005.

Proc. 045 Fls. 43
Rubrica:

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

" CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA "

RENATO VARGAS JUNIOR
Vereador

MARCOS VENICIOS DE SOUSA BUENO
Vereador

JAIR BENTO DE SOUZA
Vereador

JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA
Vereador

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 841
Data 6/8/05

Aprovado em DISCUSSÃO ÚNICA
Sala das Sessões 23/08/05
Presidente
2º Secretário

Proc. 045 Fls. 44
Rubrica:

AUTÓGRAFO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 126

"Dispõe sobre aplicação de redutor ao m² de terreno."

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ APROVOU:

ARTIGO 1º - O valor do m², de terrenos, constantes do ANEXO I, da Lei Complementar nº 062, de 21 de dezembro de 2001, vigente em 1º de janeiro de 2005, já atualizados monetariamente, e localizados no município de Tremembé, pertencentes ao Condomínio Colonial Vale do Sol, fica pela presente lei reduzido na percentagem de 25% (vinte e cinco por cento), com aplicabilidade imediata.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2005.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, 08 de setembro de 2005.

FRANCISCO DE BARROS PEREIRA
Presidente

RENATO VARGAS JUNIOR
1º Secretário

Proc. 045 Fls 045
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040 – E-mail: pmettbe@bol.com.br –
Site: www.tremembe.sp.gov.br - E. São Paulo -

LEI COMPLEMENTAR Nº 122, DE 09 DE SETEMBRO DE 2005.

"Dispõe sobre aplicação de redutor ao m² de terreno."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE TREMEMBE, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O valor do m², de terrenos, constantes do ANEXO I, da Lei Complementar nº 062, de 21 de dezembro de 2001, vigente em 1º de janeiro de 2005, já atualizados monetariamente, e localizados no município de Tremembé, pertencentes ao Condomínio Colonial Vale do Sol, fica pela presente lei reduzido na percentagem de 25% (vinte e cinco por cento), com aplicabilidade imediata.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2005.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de setembro de 2005.

José Antonio de Barros Neto
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de setembro de 2005.

Geni de Fátima Coelho Queiroz
Chefe do Gabinete do Prefeito